

# MPE requer uma nova licitação para a Ceasa

Ministério Público Estadual alega que a atual administração estaria inoperante e quer outra concorrência pública



## ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

**D**iante dos problemas estruturais, sanitários e administrativos da Central de Abastecimento de Aracaju (Ceasa), o Ministério Público Estadual (MPE) realizou uma audiência ontem, para que uma solução fosse tomada visando resolver esse impasse. O MPE alega que a atual administração, a Associação dos Usuários do Ceasa, estaria inoperante e quer que uma licitação seja feita para a administração do local. Como o prédio da Ceasa pertence a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (Cohidro), foi marcada uma audiência para próximo dia 09 de setembro, para que um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) seja firmado e a Companhia se comprometa que em 30 dias abrirá licitação para cessão do uso do espaço público. Caso o TAC não seja assinado a MPE irá ajuizar uma Ação Civil Pública.

“Percebo que o objeto desta investigação demanda a necessária regularização da cessão de uso do espaço público, o que demanda a realização de uma licitação. De outro giro, não há nesse momento pessoas que detenham os poderes necessários para tanto, tendo sido a assentada para que pudesse comparecer o Secretário de Estado de Agricultura, a fim de que fosse analisada a assinatura do TAC”, declara o promotor de Justiça, Daniel Carneiro.

Em 2009 o Estado, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE) emitiu um parecer recomendando a rescisão do instrumento de cessão de uso de espaço público onde funciona o Ceasa, atualmente outorgado a Associação dos Usuários do

Ceasa, porém a Cohidro, proprietária do prédio, que é uma sociedade de economia mista vinculada a Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), mesmo tendo conhecimento do parecer da PGE, não teria retomado o bem.

Durante a audiência foi levantado pela Cohidro a dívida de cerca de R\$ 2 milhões de impostos atrasados, que não teriam sido pagos pela administração do Ceasa. De acordo com o Diretor Administrativo da Cohidro, Aristóteles Fernandes, a dívida será paga por quem de direito. “A proprietária tem que buscar os meios para solucionar as pendências e seja qual for a saída, a empresa vai tomar as providências. Permanecendo ou não a Associação no Ceasa, a Cohidro vai buscar a quem de direito assumira realmente os débitos, mas a questão maior não são os débi-

tos, isso é administrativo e se resolve, o problema é a questão física de utilização do espaço público”, frisa o diretor.

### • Situação

O diretor adiantou que a licitação para concessão de uso do espaço público da Ceasa seja a melhor saída para resolver os problemas atuais e que a Central não será extinta, apenas passada para mãos de quem queira de fato administrar. “Não acredito na possibilidade da retomada do prédio e fim da Central, o mais provável é a licitação. É claro que a situação colocada pela Vigilância Sanitária é precária, mas isso se resolve, claro, basta que a administração que está lá, mesmo de forma precária, busque os meios para solucionar. Vamos tratar isso no momento oportuno e vê quais são os meios que iremos usar para



Situação colocada pela Vigilância Sanitária é precária”

**Aristóteles Fernandes**

| Diretor da Cohidro

sim a Conab e o Ministério da Agricultura, que têm esse interesse. Várias Ceasas são administradas pelo Ministério da Agricultura. Têm estaduais, e só a nossa que é administrada por uma associação, porque a gente não queria deixar aquilo abandonado. O estado foi irresponsável na época em abandonar e querer extinguir a Ceasa. E eu não sei até hoje como foi feita esta extinção e como o estado passou esse patrimônio para Cohidro”, expõe.

### • Irregularidades sanitárias

Atualmente, existem cerca de 150 comerciantes permissionados atuando na Ceasa diariamente, mas ao todo atuam cerca de 400 em um local totalmente fora dos padrões de saúde pública estipulados pela Vigilância Sanitária. Diante de tantas irregularidades, a Vigilância Sanitária de Aracaju denunciou ao MPE a precariedade e total falta de condições sanitárias do local, mas como não se sabia de fato quem tinha a posse do local, a vigilância buscou auxílio no MPE, daí então começou uma tentativa de

solução por parte do órgão.

Segundo o coordenador da Vigilância Sanitária Municipal, Ávio Britto, tudo estava irregular no Ceasa, portanto a Vigilância Sanitária não podia prevaricar diante das condições do local. “Nós chegamos lá, talvez depois de 20 anos de uma inspeção da Vigilância Sanitária, não achei ninguém responsável pelo local, encontramos apenas irregularidades e os feirantes reclamando das irregularidades por não aceitarem permanecer ali daquele jeito. Higiene nenhuma, esgoto entupido, frutas no chão, tudo sujo, não tinha um ponto de água, o sanitário não oferecia condições nenhuma de uso, nada daquilo ali tem condições de funcionamento, então como é que se pode manter um local como esse funcionando, se toda Aracaju chega ali e compra?”, relata.

O coordenador ressalta que a Vigilância Sanitária deseja que faça adequação sanitária do local e não fechar a Ceasa. “Nós nos preocupamos com a saúde pública, essa questão administrativa não cabe a nós. O que não pode é continuar do jeito que está. Passamos quase dez dias ali dentro, fazendo o levantamento das irregularidades. O grande problema da Ceasa é administrativo, quem é dono e quem manda. A Vigilância Sanitária está nesse impasse, tem que agir por conta da saúde pública, mas não posso agir porque não sei a quem recorrer. Mas acredito que agora isso será definido com o MPE então poderemos tomar as providências. Não queremos fechar lugar nenhum, queremos adequação, porque visamos a saúde pública”, conclui Ávio.

que isso aconteça, mas é preciso passar pelo crivo do nosso secretário, que estará conosco na próxima audiência. Agora, para regularização da documentação de permissão de funcionamento só com licitação, isso mais cedo ou mais tarde vai acontecer”, assegura Aristóteles.

De acordo com o diretor presidente da Associação dos Usuários da Ceasa, Augusto Gonçalves Neto, a entidade não tem mais interesse de permanecer à frente da administração da Ceasa, e que na época eles só assumiram o local para não deixar que fosse extinto. “Quando foi feita a denúncia do convênio pela Emdagro, nós tentamos fazer uma negociação para que estado assumisse a administração, pois é a função dele. O promotor disse que não existe nenhum órgão que administre no país, mas existe